

regiões esquecidas da história: um estudo sobre a organização da mão-de-obra em fazendas do oeste paulista no período de transição

Rosane Carvalho Messias Monteiro

Doutoranda em Sociologia, Unesp, Araraquara

RESUMO

O propósito do artigo é discutir as formas de organização da mão-de-obra implementadas em duas fazendas localizadas em Araraquara e São Carlos, Oeste Paulista, no período da transição da escravidão ao trabalho livre. Através do exame dos livros de administração das fazendas abrangendo os anos entre 1877 e 1888, foi possível analisar os diferentes arranjos de trabalho combinados entre escravos, libertos e nacionais, num momento em que os fazendeiros em outras regiões já haviam utilizado o recurso da imigração européia, através dos regime de parceira, locação de serviços e colonato.

Palavras-chave: café, fazendas, transição, escravidão, trabalho livre.

ABSTRACT

This paper discusses the forms of labour organisation during the transition from slavery to free labour in two coffee plantations located in Araraquara and São Carlos, in the west of São Paulo. Primary sources including diaries and account books reveal a particular combination of labour arrangements agreed between coffee planters and workers, which included slaves, freedmen and native Brazilians, at a time when patterns of labour relations in other regions were changing to incorporate immigrant labour based on sharecropping, *locação de serviços* and *colonato*.

Key words: coffee, plantations, transition, slavery, free labour.

Introdução

Existem vários estudos importantes sobre a organização da mão-de-obra nas fazendas cafeeiras que se localizavam em regiões do Oeste Paulista. Grande parte destes estudos privilegia as primeiras regiões paulistas, como Rio Claro e Campinas, que se transformaram em cafeeicultoras a partir dos meados do século XIX.¹ Outras regiões que

¹ Sobre a organização da mão-de-obra em fazendas cafeeiras no Oeste Paulista a partir dos meados do século XIX, ver: Bassanezi, Maria Silvia. *Fazenda Santa Gertrudes*.

foram se transformando e incorporando ao processo da expansão cafeeira, alargando as fronteiras que avançavam para o interior da Província, ficaram marginalizadas nesses estudos: é o caso da região araraquarense, situada no interior do Oeste Paulista. Análises que procuraram trazer para o centro das discussões o cotidiano do trabalho em fazendas cafeeiras no interior do Oeste Paulista ainda são escassas.²

O processo lento e gradual de abolição da escravidão e a transição para o trabalho livre foram temas bastante abordados na historiografia, mas ainda existem lacunas e problemas. A transição para o trabalho livre não aconteceu de modo linear nem de modo semelhante no País como um todo. As políticas implementadas para a abolição gradual e para a transformação das relações de trabalho não produziram os mes-

Uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista, 1889-1930. Rio Claro, 1973. Tese de Doutorado, FFCL. Dean, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Witter, Sebastião. *Ibicaba. Uma experiência pioneira.* 2ª edição, São Paulo: Arquivo do Estado. Lamounier, Maria Lúcia. *Da Escravidão ao Trabalho Livre.* Campinas: Papyrus, 1986.

² A fazenda Cambuhy, situada na região de Araraquara, foi objeto de duas pesquisas por ter sido a maior unidade cafeeira do País. Casalecchi, dentre outras coisas, fornece importantes informações no que diz respeito ao tipo de mão-de-obra engajada neste enorme complexo cafeeiro. Já a análise de Little sobre a mesma fazenda enfoca principalmente a vida social e política do seu proprietário, Nhônhô Magalhães. Em relação à organização da mão-de-obra, suas análises não avançam muito. Martins resgatou a história do cotidiano do trabalho nas fazendas de café, também na região araraquarense através de relatos de memória dos descendentes italianos. Revelou uma rica história do trabalho que não encontramos comumente nos estudos disponíveis. Na região de São Carlos, próxima de Araraquara, a Fazenda do Pinhal foi examinada por Gordinho. Essa fazenda pertenceu a um importante político, o Conde do Pinhal; o enfoque da análise gira em torno da vida familiar e do importante papel da Condessa para manter a grande unidade cafeeira. Maluf, através de diários de memórias deixados por duas esposas de cafeicultores do interior do Oeste Paulista, faz uma análise complexa do universo das fazendas, da dependência da empresa agrícola para com a doméstica. Casalecchi, José Enio. *Da Companhia Industrial Agrícola e Pastoral d'Oeste de São Paulo à Cambuhy Coffee and Cotton Estates: 1912-1933: contribuição ao estudo da presença inglesa na estrutura agrária do Estado de São Paulo.* Araraquara, 1973. Tese de Doutorado, FCL. Unesp. Little, George F.G. *Fazenda Cambuhy: a case history of social and economic development in the interior of São Paulo, Brazil.* University of Florida, 1960. PhD Dissertation. Martins, Regina H. *As Imagens de Família. Elementos de um repertório cultural sobre família entre descendentes de italianos.* Araraquara, 1996. Dissertação de Mestrado, FCL, Unesp. Gordinho, Margarida C. *A Casa do Pinhal.* São Paulo, s.ed., 1985. Maluf, Marina. *Ruídos da Memória.* São Paulo: Siciliano, 1995.

mos efeitos em todos os lugares. Em cada província, região ou município, o processo de transição manifestou características específicas e ritmos próprios, de acordo com suas necessidades, condições econômicas e sociais.³

Mesmo em São Paulo, a transição não se manifestou da mesma forma nas diversas regiões. No Vale do Paraíba Paulista, a mão-de-obra escrava foi significativa até o final da escravidão e, devido à crise da produção cafeeira na região, não se tornou o destino dos milhares de imigrantes que chegaram em São Paulo a partir de meados da década de 1880. (Molinari, 1975:187-215) As novas áreas de expansão cafeeira, mesmo possuindo um plantel relativamente grande de escravos, atraíram um grande número de trabalhadores nacionais. De acordo com Viotti, proprietários dispostos a investir no café deslocaram-se com sua escravaria para as emergentes fronteiras de café paulistas. Essa contínua expansão atraía também a mão-de-obra livre de outras regiões, impulsionando o processo migratório. (Viotti, 1966:60) A migração proporcionou um fator constante de crescimento das fazendas, mas, como observa Dean, é surpreendente que tenha recebido tão pouca atenção por parte dos estudiosos. (Dean, 1977:119)

Este texto compara a organização da mão-de-obra em duas fazendas cafeeiras no interior do Oeste Paulista, localizadas em São Carlos e Araraquara. Privilegiando os anos de 1877 a 1888, examinamos a organização da mão-de-obra, o cotidiano nas frentes de produção e os arranjos contratuais de trabalho. Analisamos dois manuscritos referentes à Fazenda Quilombo, denominados *Livro Conta Corrente, 1877-1878* e *Livro Inventário, 1877*, ambos constantes do Arquivo de História Contemporânea de São Carlos. O outro manuscrito, *Livro de Administração de Fazenda, 1883-1888*, refere-se à fazenda do Dr. Joaquim Antonio de Carvalho, e consta do Arquivo Público Histórico Prof. Rodolpho Telarolli em Araraquara. A documentação inédita analisada revelou-nos as diferentes formas de relações de trabalho que iam se constituindo em diversas combinações exigidas pelas inúmeras tarefas da empresa

³ Castro, Hebe de Mattos. *Ao Sul da História: Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 29- 83. Lanna, Ana Lúcia. *A Transformação do Trabalho*. 2ª edição, Campinas: Unicamp, 1989. Eisenberg, Peter. *Homens Esquecidos*. Campinas: Unicamp, 1989. Fragoso. O Império Escravista e a República dos Plantadores na Economia Brasileira no Século XIX: mais que uma *plantation* escravista exportadora. In Linhares, Maria Y. (org). *História Geral do Brasil*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp.145-233.

cafeeira. Através da análise do cotidiano dos trabalhadores engajados nas fazendas foi possível observar os códigos invisíveis, as relações estreitas, as necessidades básicas e diversos pormenores que compunham o cenário nos bastidores dos cafezais.⁴

Quilombo: uma fazenda em São Carlos

As duas fazendas cafeeiras, objeto de nossa análise, situavam-se no interior do Oeste Paulista na região de São Carlos e Araraquara. A fazenda localizada em São Carlos, no Oeste Paulista, chamava-se Quilombo, e pertenceu ao Conselheiro Dr. Antônio Moreira de Barros, um fazendeiro de prestígio político e econômico na região. Através da principal fonte analisada o *Livro Inventário, datado* de 1877 podemos perceber que se tratava de uma grande unidade cafeeira.⁵ De acordo com o *Livro Inventário*, que relaciona os bens e as benfeitorias da fazenda, a propriedade possuía 500 alqueires de terras cultiváveis e 247 mil pés de café produtivos. Havia ainda máquinas de beneficiar café, despoldadores de grãos, tanques para lavagem do café, engenho de cana, roda d'água, assim como oficinas de marcenaria, oficinas de forjas, onde eram feitos utensílios e inúmeras ferramentas para todo tipo de necessidades, estrebarias, e outras benfeitorias tais como senzalas, terreiros de tijolos para a secagem do café já lavado, muros, pastos e valas para evitar as temíveis e indesejáveis queimadas.

As senzalas eram avaliadas em 6:600\$000 e perdiam em valor apenas para as inovadoras máquinas de beneficiar café, avaliadas em 12:000\$000.⁶ Naquela época, nem todos os fazendeiros do Oeste Paulista possuíam esses equipamentos e benfeitorias como tanques para lavagem do café, terreiros para secagem feito de tijolos ou máquinas de beneficiamento de grãos. Veja-se, em *Ruídos da Memória*, o depoimento de Brazilia, cujo pai e marido também eram cafeicultores no final do século XIX: "O café era só descascado depois de secco; diziam beneficiado. Papai era muito conservador, e o despoldador era coisa nova n'aquelle tempo."

⁴ Este texto constitui parte da discussão feita no capítulo III de nossa dissertação de mestrado intitulada. *Criadores, Fazendeiros, Terra e Mão-de-Obra na Transição da Escravidão ao Trabalho Livre: Araraquara e São Carlos, 1830- 1888*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Economia, Unesp, em 2000. A pesquisa foi financiada pela FAPESP.

⁵ *Livro Inventário, 1877*, manuscrito. AHC.

⁶ *Livro Inventário, 1877*, manuscrito. AHC.

(Maluf, 1995: 264) Floriza, esposa de cafeicultor, também relata as dificuldades pela falta de beneficiamentos na propriedade:

"Não tínhamos moenda nem lavadores. Os cafés eram levados à mão para um coxo de madeira colocado na beira do rego d'água. Daquele coxo eram retirados por meio de peneiras grossas de arame, postos em jacás de taquara e transportados em pequenos carrinhos puxados à mão. Os terreiros eram de terra socada, e quando chovia dias seguidos os cafés emboloravam ficando prejudicados na qualidade. Sob chuvas torrenciais os grãos muitas vezes eram arrastados para dentro do rego d'água, dando grande trabalho para salvá-los." (Maluf, 1995:265)

O fazendeiro Antonio Moreira de Barros possuía um plantel de 121 escravos e escravas na Fazenda Quilombo. Na documentação aparecem relacionados por nome e separados por sexo. O valor dos escravos alcançava o montante de 171:200\$000. Esses homens e mulheres valiam mais que as terras cultiváveis avaliadas em 100:000\$000, mais que os 247 mil pés de cafés avaliados em 53:700\$000 e mais que as benfeitorias, a máquina de beneficiar café e as oficinas.⁷

De acordo com a avaliação feita, os preços dos escravos eram bem superiores aos das escravas. Individualmente, os escravos alcançavam preços que variavam de 2:400\$000 a 1:200\$000. Os preços das escravas variavam entre 1:400\$000 a 50\$000. Dentre as 52 escravas, havia 23 que possuíam valor acima de 1:000\$000. O preço dos escravos variava de 2:5000\$000 a 100\$000. Dentre 69 escravos, 18 foram avaliados acima de 2:000\$000. Apenas quatro escravos atingiram o valor mínimo, eram eles: Mariano, Alexandrino, Ventura e José Ouvires. E três escravas foram avaliadas por 50\$000: Maria Rita, Liberata e Gabrielinha. Apenas o escravo Joãozinho valia 2:5000\$000 e Luiz Marcineiro 2:400\$000. Algumas colhedoras, como a escrava Artina alcançavam o valor de 1:200\$000. Esses valores são bem diferentes dos preços médios entre seiscentos réis a duzentos e oitenta mil réis alcançados em Pernambuco e no Vale do Paraíba no mesmo período, em 1877.⁸

⁷ Dados retirados do *Livro Inventário, 1877*, manuscrito. AHC.

⁸ Em Pernambuco, logo após a extinção do tráfico transoceânico, um escravo era vendido por 1:200\$000, contudo seu preço real era de \$653. Em 1870, vendia-se por 1:400\$000 e seu preço real era de \$848. Percebe-se um aumento expressivo dos preços desses cativos no período devido ao aumento da procura, principalmente

O Dr. Barros possuía um plantel significativo de braços escravos num período em que se intensificava a escassez de cativos, elevando o preço no Oeste Paulista muito mais do que no Nordeste, a "nova costa africana", como podemos observar nos dados fornecidos pelo manuscrito.

No que se refere à fazenda Quilombo, tivemos acesso também ao *Livro de Conta Corrente* para os anos de 1877 e 1878. De acordo com este documento, além dos escravos, dezoito trabalhadores livres completavam a mão-de-obra. Vinham classificados como "colhedores de café". Eram possivelmente nacionais livres como se pode observar pelos nomes: Benedito Hilário, Joaquim Ignácio, João Rodrigues da Silva, Salvador José Antônio da Silva, Theodoro, Hilário Antunes, Anna Maria, João Guedes e Benedito Alves dos Santos.⁹

No *Livro de Conta Corrente* estão anotados a produtividade dos colhedores, o consumo de produtos no armazém da fazenda e os adiantamentos feitos em dinheiro. As anotações do manuscrito revelam alguns aspectos interessantes da dinâmica das relações com os trabalhadores livres na fazenda. Cada trabalhador tinha sua folha individual, em que eram registrados a quantidade de grãos colhidos e o valor recebido pelo alqueire colhido. Por exemplo:

1877 - Benedito Hilário - Colhedor de café

		Débito	Crédito
Abril	24 e ³⁴ que colheu a 500		12\$375
	27 um capado	1\$100	
	27 dinheiro que pediu	1\$000	

Os trabalhadores possuíam um ritmo próprio nas frentes de colheita; ao verificarmos a quantidade de grãos colhidos, percebemos que cada um mantinha uma média diferenciada. Assim sendo, a produtividade determinava o ganho. Nesse período específico da colheita de grãos,

por parte dos fazendeiros paulistas, que não tinham outra alternativa a não ser o mercado interno de cativos. Em 1877, o preço em Pernambuco caíra bastante, o escravo era vendido por \$644 e seu preço era de \$280. Eisenberg, Peter. *Modernização sem Mudança: A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 175. Stein observou o aumento e a queda de preços dos cativos para o mesmo período em Vassouras, no Vale do Paraíba: em 1877 valiam 1:950\$000, em 1887 valiam 850\$000. Stein, Stanley. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, s.d. p. 273.

⁹ Dados retirados do *Livro de Conta corrente, 1811-1878*, manuscrito. AHC.

em 1877, o fazendeiro estipulou que pagaria \$500 réis por alqueire, pois essa quantia aparece regularmente nas folhas de pagamento. Na Quilombo, a colheita iniciava-se no outono, mês de abril e terminava no inverno, em julho. Poucos colhedores continuavam até agosto. Portanto, podemos perceber que era uma mão-de-obra temporária e sazonal, arregimentada no mercado de trabalho no momento específico de colheita. Na Fazenda Quilombo pagava-se uma quantia de \$300 a \$500 réis por alqueire de café colhido. Numa terça feira, dia 24 de abril de 1877, Benedito Hilário e Joaquim Ignácio, colhedores de café da Fazenda Quilombo, ganharam \$500 réis por alqueire de café colhido.¹⁰

A colheita de café na fazenda Quilombo era feita não apenas por trabalhadores livres, mas também por escravos. Os escravos, aliás, constituíam o maior número de trabalhadores engajados nessa tarefa. Diferentemente dos trabalhadores livres, para os quais eram anotados a quantidade de alqueires de café e o valor recebido, a quantidade de grãos colhidos pelos escravos não era anotada. Anotava-se apenas os valores pagos referentes à colheita. Vejamos o seguinte exemplo:

Julho - colheita por escravos

Gonsalo	1\$400	Luiza	\$600
Caetano	\$720	Ritinha	1\$400
Maria	1\$700	André	\$600
Desidério	\$300	João surdo	1\$400
Nicolau	\$300	Simplício	1\$280
Rafael Velho	1\$400	Gonsalo	5\$000
André	7\$500	Ignácio	3\$000

Sucedem-se essas anotações em várias páginas. Ao que tudo indica, a quantia anotada referente à colheita dos escravos era recebida como gratificação por colheitas extras. Esse ponto é importante, pois indica a possibilidade de os escravos estarem ganhando seu próprio pecúlio. Naquela época, a Lei de 1871, em vigor, permitia aos escravos reunir suas economias com ganhos sob forma de heranças, presentes ou legados, assim como economias pessoais amealhadas com o consentimento do seu dono, provenientes ou não de seu trabalho ou de economias. Além de permitir aos escravos juntar pecúlio, a lei também permitia que o escravo usasse esse pecúlio para comprar a própria liberdade.¹¹

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Sobre essa lei veja-se Gebara, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil* São

Aos escravos da fazenda do Dr. Barros era permitido acumular pecúlios através de gratificações sobre colheitas extras de café ou pelo plantio e colheita de milho e feijão. listes manuscritos revelam que existiam brechas no sistema escravista, as quais permitiam aos escravos formarem uma economia própria, produzindo e negociando seus produtos e comprando mercadorias para suas necessidades.

Os escravos Gonsalo, Rafael Velho, Ritinha, Artina e alguns poucos outros s aparecem em todas as listas. Parece não haver muita rotatividade entre os escravos que ganhavam pecúlio com colheitas extras. Esse fato pode indicar que talvez o fazendeiro estipulasse entre seu plantei de 121 escravos, quais poderiam ganhar com as colheitas. Por exemplo, a escrava Esperança era colhedora de café, ganhava com colheitas extras, possuía folha de débito e crédito, e valia 1:400\$000, o maior preço alcançado entre as escravas. Não sabemos os critérios que levavam o fazendeiro a escolher alguns escravos para serem privilegiados com gratificações dadas por colheita extra; talvez se baseasse na produtividade do seu trabalho. A gratificação por produção seria um incentivo ao escravo, e, ao mesmo tempo, uma forma de discipliná-lo e torná-lo mais eficiente. Controle, disciplina, vigilância e formas de incentivo para maior produtividade podem ser os motivos que levaram o conselheiro Dr. Barros a remunerar seus escravos na colheita do café.

Os escravos da Fazenda Quilombo também possuíam folhas de débito e crédito como os trabalhadores livres, os colhedores de café. Vejamos o caso do escravo Benedito, que dentre outros, conseguia acumular pecúlios e adiantamentos em dinheiro. As anotações eram feitas da seguinte forma:

O escravo Benedito	Débito	Crédito
1877 saldo débito	2\$860	
por gratificação		\$860
por gratificação		1\$000
por gratificação		1\$000

O fazendeiro também permitia aos escravos comercializar gêneros alimentícios por eles produzidos. O escravo Luís Caetano conseguiu um pecúlio relativamente substancial, 97\$000. Primeiramente com o

Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 51-2. Sobre as normas da lei de 1871 referentes à possibilidade do escravo comprar sua alforria com pecúlio, ver Mendonça, J.M.N. *Entre a Mão e os Anéis: A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999, capítulo III, A lei e a escravidão - O preço da liberdade.

milho e depois com o feijão. Esse tipo de documentação não aparece comumente na historiografia — escravos pertencentes ao universo rural conseguindo reunir pecúlio com trabalhos retirados da produção de alimentos. Uma das folhas de escravos mais preenchidas com trabalhos extras com colheitas de café, milho e feijão foi a do escravo João Raimundo que conseguiu um crédito de 113\$900. João Raimundo devia 48\$460 e possuía num saldo positivo de 65\$540. O caso do escravo Manoel Cosinheiro é parecido. Ele também colhia e vendia milho e feijão. Em julho de 1878 possuía um saldo positivo de 5\$320. O escravo Gonsalo, em junho de 1878, possuía um saldo positivo de 14\$320. O escravo Guilherme, em junho de 1878, colheu 600 litros de feijão e ganhou 48\$000. A escrava Luiza tinha um saldo positivo de 1\$340 colhendo feijão.¹²

As despesas feitas no armazém são interessantes para examinar o consumo dos empregados e verificar se havia uma relação de dependência para com o fazendeiro. O armazém na Quilombo, como em outras fazendas, significava lucro para o proprietário, como também evitava a mobilidade dos trabalhadores para fora da unidade produtiva em busca de artigos de primeira necessidade. Alguns colhedores livres compravam alimentos do armazém da Fazenda Quilombo, como toucinho, carne seca, arroz, rapadura, sal, açúcar, café, fumo. Esteira, tecidos, tigelas, talheres, machados eram alguns dos produtos que o armazém também oferecia. João Rodrigues da Silva, colhedor de café, em junho de 1877, adquiriu no armazém 20 litros de arroz, 4 quilos de toucinho, 1 quilo de carne seca, 5 litros de sal, e rapaduras, dentre outras coisas.¹³ Pela quantidade comprada de gêneros básicos para a dieta alimentar, pode-se concluir que o colhedor de café dependia diretamente do fazendeiro para suprir o mínimo de sua subsistência.

Os escravos Tiburcio, Romão e Luís Caetano desfrutavam de alguns privilégios, pois possuíam contas no armazém da Fazenda. Este fato é bastante interessante e nos instigou a pensar nas relações sociais, nos laços de dependência. Ir fazer compras no armazém significava ter a liberdade de escolher o que possuir, de economia própria, ou por produção própria, liberdade essa normalmente conferida aos homens livres. As normas do cativo da Quilombo, ao que tudo indica, não se enquadram quando a questão diz respeito à rigidez da escravidão já

¹² Dados retirados do *Livro Conta corrente, 1877-1878. AHC.*

¹³ *Ibidem.*

comentada por muitos autores. Contudo, o armazém da Fazenda significava também dependência, exploração do fazendeiro e coerção. Mecanismos esses presentes em quase todas as fazendas.

Entre as mercadorias compradas pelo escravo Tiburcio, em junho de 1881, encontramos: 2 quilos de miúdo suíno, 3 quilos e meio de toucinho, 6 quilos de açúcar, 1 quilo e meio de banha, 4 ovos, 10 pães, sabão, 4 metros de chita e 1 metro e meio de algodão. Ao todo gastou 8\$000, que foram pagos ao armazém com 20 jacás de milho valendo a mesma quantia, 8\$000.¹⁴

Os escravos consumiam víveres alimentícios como pão, ovos, toucinho, açúcar, fubá. Compravam tecidos para roupas. Havia preocupação também com a higiene ou lavagem das roupas pois o escravo Tiburcio gastou \$100 na compra de sabão. Mattos, revela que as relações costumeiras no cativeiro existiam em diversos níveis, inclusive cobravam um do outro serviços prestados como a lavagem de roupas. "Florêncio, recém chegado à Fazenda de Esteves, em Paraíba do sul, em 1866, morava na senzala de Generosa (...) pagava regularmente para que esta lavasse sua roupa". (Mattos, 1998:67) No nosso caso, não sabemos o motivo que levou o escravo Tiburcio a gastar cem réis com sabão, provavelmente para lavar suas próprias roupas ou para alguma companheira de cativeiro lavá-las, ou para ela ganhar um pecúlio extra com a lavagem de roupas de outros escravos.

Chamou-nos a atenção o valor gasto com açúcar e toucinho consumidos pelos escravos. De 2\$500 que tinha de crédito, João Lindo gastou 1\$600 só com açúcar e \$300 com toucinho. Luís Caetano gastou 1\$840 em açúcar e 1\$800 em banha e toucinho e ainda ficou devendo.¹⁵ A banha era a base de cozimento dos alimentos, e o toucinho geralmente era preparado junto com o feijão. Supomos que estes escravos mantinham o costume de cozinhar seu próprio alimento, ou para a família. Não é possível saber pelas nossas fontes se esses escravos tinham uma situação diferenciada, se formavam sua própria família e escolhiam onde e como comer, ou se eram diferentes de outros que viviam solteiros em alojamentos coletivos (senzalas).

O número de mulheres escravas na fazenda era significativo. Ao todo havia 52 escravas, e algumas delas ocupavam-se diretamente com a colheita — como Maria, Luiza, Ritinha, Esperança e Artina. A escrava

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

Esperança possuía anotações de débito e crédito, o que significava trabalho extra e pecúlio. Encerrou seus trabalhos na fazenda Quilombo em maio de 1878 quando faleceu. O administrador fechou sua conta desta maneira: *Balanço por causa de Morte*. As escravas podiam exercer tarefas diversas, como copeira, cozinheira, criada, que cuidava da limpeza e arrumação da casa; doceira, lavadeira, passadeira, ama-seca, costureira, tratar e cuidar dos animais domésticos, da horta, ou seja, cuidar dos infindáveis serviços domésticos.

No período referente à nossa análise, os fazendeiros paulistas já haviam passado por experiências com o trabalho livre de imigrantes como alternativa ao braço escravo. Os problemas que resultaram com a adoção do sistema de parceira levaram-nos a buscar sistemas alternativos. Na década de 1870, muitos fazendeiros já tinham experimentado outros arranjos, como o sistema de locação de serviços, o qual, por sua vez, também estava passando por transformações, que acabaram resultando no sistema de colonato. Este sistema mostrou-se adequado às exigências da lavoura cafeeira, e se difundiu rapidamente pelas fazendas em São Paulo.¹⁶ O fazendeiro Antônio Moreira de Barros, provavelmente como alguns dos grandes cafeicultores paulistas, privilegiou dois tipos de trabalhadores, escravos e nacionais livres, antes da política de subsídio de passagens aos imigrantes em meados da década de 1880. Abriu espaço para que seus escravos conseguissem ganhar pecúlio através de gratificações com colheitas extras de café, ou através da colheita de milho e feijão. Documentação que comprove estes fatos não encontramos sempre na historiografia. O universo rural escravista, até nesses longínquos sertões, abriu pequenas fendas, afrouxou os laços servis para o trabalhador cativo adquirir seu próprio pecúlio.

Além de escravos, o Dr. Barros também contava com trabalhadores livres para a colheita do café. Esses trabalhadores eram contratados para as safras, sendo pagos por alqueires de café colhidos, modo de pagamento parecido com aquele oferecido aos imigrantes que recebiam por litro ou por alqueire de café colhido.

¹⁶ Sobre a parceira, locação de serviços e colonato ver entre outros Viotti da Costa, Emília. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difel, 1966. Dean, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileira de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Stolcke, Verena. *Cafeicultura. Homens e Mulheres, 1850-1890*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Lamounier, Maria Lúcia. *Da Escravidão ao Trabalho Livre*. Campinas: Papius, 1986. Sallum Jr., Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista, 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982. Holloway, T. *Imigrantes para o Café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Esses arranjos na organização da mão-de-obra revelam que havia fazendeiros que optavam por outras alternativas, como a combinação de trabalhadores nacionais e libertos, ou escravos e nacionais, reforçando uma parte da historiografia recente que trata do tema e do período de transição.¹⁷

Uma fazenda cafeeira araraquarense

O *Livro de Administração de Fazenda (1883-1888)* pertenceu ao Dr. Antonio Joaquim de Carvalho, também político importante na região. Concluímos que era o próprio Dr. Carvalho que cuidava da contabilidade da Fazenda devido ao uso de pronomes próprios sempre na primeira pessoa, talvez tenha sido o motivo que o levou a não se preocupar em anotar sobre qual de suas fazendas se referia.

Na fazenda do Dr. Carvalho, além da produção de café, havia plantações de milho e feijão. O fazendeiro também criava 79 cabeças de gado. Pelo montante da produção tratava-se de uma unidade de médio porte, uma fazenda mista, que combinava produção de gêneros alimentícios e de produtos para exportação, o que parece ter sido comum na região de Araraquara. Através das anotações do Dr. Carvalho, referentes à produção e às relações de trabalho com seus empregados, foi-nos possível delinear a organização do trabalho nessa fazenda.

Entre 1883 e 1887, esse fazendeiro araraquarense possuiu nove empregados. A partir de janeiro de 1888 contratou mais dezenove libertos e libertas.¹⁸ Dois anos mais tarde, em 1890, mandou vir 130 famílias de trabalhadores nacionais do Nordeste para serem engajadas em suas fazendas, a Simão e a Bela Vista.¹⁹ Essa combinação de mão-de-obra nacional e libertos neste período de transição da escravidão ao trabalho livre no Oeste Paulista é um ponto que chama a atenção. Os estudos

¹⁷ Veja-se Beiguelman, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cajueiro: Aspectos políticos*. 2ª edição, São Paulo: Pioneira, 1978. Lamounier, M. L. *Da Escravidão ao Trabalho Livre*. Campinas: Papirus, 1986. Eisenberg, P. *Homens Esquecidos*. Campinas: Unicamp, 1989. Lanna, A. L. *A Transformação do Trabalho*. 2ª edição, Campinas: Unicamp, 1989. Moura, Denise. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Unicamp, 1998. Monteiro, R. C. M. *Criadores, Cafeicultores, Terra e Mão-de-Obra: Araraquara e São Carlos na era da transição, 1830-1888*. Araraquara, 2000. Dissertação de Mestrado, FCL, Unesp.

¹⁸ *Livro de administração de fazenda, 1883-1888*. APHRT.

¹⁹ Dados fornecidos por Correa, 1967, p. 171.

diliponíveis apontam que a preferência dos cafeicultores paulistas era **por** escravos e pela mão-de-obra européia.²⁰ O governo paulista da **época** já vinha subvencionando passagens de imigrantes desde 1884, principalmente para italianos que aportavam em Santos. O destino da maioria eram as lavouras cafeeiras paulistas. A Estrada de Ferro Araraquarense havia sido inaugurada em 1885, facilitando a vinda desses imigrantes para a região. Mas, a atitude deste fazendeiro em relação à mão-de-obra, buscando famílias nordestinas, contratando libertos, e aparentemente não utilizando escravos para a produção do café, é com certeza instigante.

O fazendeiro anotava os pagamentos feitos e as dívidas de seus empregados. Ele denominava de "Contas" a página onde eram anotados os débitos dos empregados que adquiriram produtos da própria fazenda, ou que recebiam pagamentos e adiantamentos de salário. Em janeiro de 1884, Felipe de Arruda estava sendo novamente contratado por 2\$000 réis ao dia pelo Dr. Carvalho; contudo, já trazia uma dívida de 14\$500 desde 1883. Comprou uma leitoa por 1\$000, um capado por 16\$000, foi descontado 60\$000 para o pagamento da parcela de uma máquina de costura. O fazendeiro anotava da seguinte forma: *a 22 de março dinheiro 2\$000. A 25 de março na Villa — 10\$000. A sua conta no Pinheiro 50\$540. De aqui até abril 3\$000. Abril até aqui 10\$000. Em junho dia 2 na Villa - 20\$000. A 22 de junho 60\$000.*

Entre janeiro e fevereiro de 1884, foram anotados na "Conta" do empreiteiro meio alqueire de feijão por 2\$000, meia arroba de café por 2\$000. Mas, ele era pago por dia de trabalho a 2\$000, não por alqueire ou arroba colhidos, como era feito na Fazenda Quilombo de São Carlos.

²⁰ Sobre os preconceitos em relação a mão-de-obra nacional ver Beiguelman, Paula. *A Formação do Povo no Complexo CafEeiro: Aspectos políticos*. 2ª edição, São Paulo: Pioneira, 1978. Lamounier, Maria Lúcia. *Da Escravidão ao Trabalho Livre*. Campinas: Papirus, 1986. Azevedo, Célia Marinho. *Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Eisenberg, Peter. *Homens Esquecidos*. Campinas: Unicamp, 1989. Lanna, Ana Lúcia. *Da Transformação do Trabalho*. 2ª edição, Campinas: Unicamp, 1989. Naxara, Márcia. *Estrangeiro em sua Própria Terra: Representações do trabalhador livre nacional, 1870-1920*. Campinas, 1991. Dissertação de Mestrado, FFLCH, Unicamp. Moura, Denise. *Saindo das Sombras: Homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Unicamp, 1998. Monteiro, Rosane C. M. *Criadores, Cafeicultores, Terra e Mão-de-Obra: Araraquara e São Carlos na era da transição, 1830-1888*. Araraquara, 2000. Dissertação de Mestrado, FCL, Unesp. O estudo pioneiro sobre o caráter do trabalhador nacional está na obra de Cândido, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

Isso indica duas possibilidades, em se tratando de uma fazenda cafeeira: ou Felipe comprou feijão para consumo, ou colheu para o Dr. Carvalho, cobrando à parte esse trabalho. Feijão e milho, desde os tempos coloniais, são produtos básicos da dieta alimentar das classes populares do País, portanto um produto alimentar indispensável e que tinha peso e valor no mercado interno.

A simples anotação de meio alqueire de feijão na conta de Felipe Arruda nos abre uma série de temas para discussão: a importância da produção de alimentos para o mercado interno e sua relação com o mercado externo, as relações de trabalho, apontando a situação de dependência do trabalhador em relação ao fazendeiro até para comprar mercadorias básicas para sua sobrevivência. Entre março e abril de 1884 o Dr. Carvalho anotou: *A sua conta no Pinheiro* 50\$540. "Pinheiro" pode significar o nome do armazém da fazenda. Não devemos esquecer que Felipe iniciara o ano com dívidas para com o Dr. Carvalho.

Numa outra página, denominada de "Folha", o fazendeiro araraquarense anotava regularmente os dias trabalhados e as chamadas "falhas" (faltas) do empregado ao serviço. A forma utilizada, ou inventada pelo fazendeiro, de controlar o trabalho cotidiano de seus empregados, assim como seus gastos e pagamentos, nos permitiu ver nas entrelinhas as diferentes relações de trabalho que compunham o estreito universo dessa unidade produtora. Vejamos a "folha" de Felipe:

Folha de Felipe de Arruda - 1884

Em janeiro talhou a 2 meio dia, a 12, 16 meio dia 17, 18, 19, 21, 24 meio dia, 26, 27 meio dia. Oito falhas e meia.

Fevereiro 4 meio dia, a 7, 19, 20 a meio dia, a 11, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28 meio dia, 29 - falhou 14 dias.

Março a 10, 9 meio dia, 11, falhou 2 e meio (*anotou sucessivamente até agosto*).

Em agosto a 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 14, 22, 28 meio dias, 30 meio dia, falhou 12 dias. Retirou-se de meu serviço a 22 de setembro de 1884 devendo-me 28\$000. Até o fim de agosto tem 95,5 dias de serviço e falhou 72,5 dias.

Segundo Holloway, "o trabalho por empreitada não dava ao trabalhador uma renda anual contratualmente fixa, nem lhe assegurava um certo salário por dia. Ao trabalhador eram deixados aqueles riscos que envolviam geada, seca e a delicada natureza do café." (Holloway, 1972:179) Felipe de Arruda era empreiteiro da fazenda do Dr. Carvalho, recebia por dia fixo de trabalho. As relações de trabalho da economia cafeeira não podem ser entendidas sob um único modelo explicativo; há indícios de que não havia padrões rígidos na forma de pagamento;

cada fazendeiro contratava e pagava da maneira que lhe fosse mais conveniente ou através de entendimento entre as partes interessadas.

Um outro empregado, José Pinto Fernandes, em 1884 foi contratado para trabalhar a maior parte do seu tempo por meio dia (meio período). O acerto de contas com José Pinto Fernandes ocorreu em 1885: *De janeiro de 1884 a 12 de setembro de 1885, tirou em diversos 562\$250. Do que deu-me para guardar 314\$800. De janeiro de 1884 a 12 de setembro de 1885 faliu 102 dias que tem que ser descontado do seu salário de 400\$000.*

O empregado José Pinto Fernandes foi contratado por um período definido. Em oito meses de trabalho seu salário foi acertado em 400\$000 réis. Contudo ele conseguiu ganhar 500\$000. Mesmo sendo previamente estipulado o salário, o fazendeiro abria possibilidades de aumento de ganho. Mas, esse empregado gastou bem mais que 500\$000, pois ainda ficou devendo ao fazendeiro 62\$250 réis. Inutilizou a flexibilidade da margem de ganho, ficando em desvantagem em relação ao fazendeiro — ou seja, em outras palavras, dependente. O Dr. Carvalho anotou que José Pinto Fernandes faliu 102 dias, e que estes deveriam ser descontados de seu salário. Acertaram as partes e José Pinto Fernandes continuou a trabalhar por meio dia, como sempre fizera. Contudo, mesmo não trabalhando o dia todo, José não comparecia regularmente na fazenda. O interessante é que essas falhas não o prejudicaram, pois continuou até o final do período, agosto, que coincidia com o final da colheita da safra de café. Em 1886, ele foi novamente contratado pelo Dr. Carvalho: *de 1 de abril de 1886 do corrente mês em diante ficou Sr. José Pinto Fernandes obrigado a fazer serviços das máquinas e mais alguns que eu precisar.*

Resumindo, José foi contratado para trabalhar apenas por meio dia, tinha possibilidades de aumentar seus ganhos, e ainda possuía a liberdade de faltar quando lhe fosse conveniente. O mesmo acontecia com Felipe de Arruda, que chegou a faltar 72,5 dias durante o ano de 1884, e em alguns casos trabalhou apenas meio dia. A mobilidade, flexibilidade e controle sobre o tempo em que desejava trabalhar faziam parte do cotidiano, da atividade de empreiteiro. Continuou trabalhando na fazenda nos anos seguintes, 1884 e 1885.

Os gêneros que os trabalhadores consumiam da própria fazenda, tais como toucinho, capados, leitões, açúcar, sal, até mesmo café, eram descontados de seus salários. Querosene, fósforo, ferramentas de trabalho, cobertor, produtos farmacêuticos e até tecidos eram outros produtos que a fazenda fornecia, e certamente eram cobrados dos salários.

A unidade produtora, por sua própria estrutura, exercia uma dupla função: produzia alimentos básicos da dieta alimentar em prol dos seus empregados e para consumo da própria família, e adquiria produtos manufaturados necessários de regiões muitas vezes longínquas para proporcionar o mínimo necessário. Havia sempre a preocupação em produzir a contento para o mercado e continuar mantendo as atividades da unidade. Marina Maluf assim definiu a função da fazenda:

"Produção para consumo e produção para o mercado, organização da empresa mercantil e da empresa doméstica. São princípios diversos em íntima unidade. (...) introduz-se a interação dos múltiplos papéis desenhados e improvisados a cada dia, traduzidos na tensão histórica do trabalho nas frentes agrícolas que exigia a conjugação plena do núcleo doméstico com a empresa lucrativa." (Maluf, 1995:101-2)

Tudo leva a crer que os empregados que possuíam a folha onde eram anotados os produtos básicos que necessitavam para a sobrevivência deviam morar na fazenda, ou nas proximidades, e dependiam diretamente do fazendeiro. José Pinto Fernandes não devia ser morador da fazenda e não necessitava dos produtos da mesma, tendo a liberdade de comprar onde bem desejasse, pois comprou apenas uma única vez do Dr. Carvalho "uma arroba de café". Já o Sr. Manoel Antônio, contratado em 1883, não possuía o mesmo perfil que Felipe de Arruda que tinha "Conta" e "Folha", nem de José Pinto Fernandes que possuía apenas "Folha". O Dr. Carvalho apenas anotava de Manoel Antônio seus gastos, ou seja, ele possuía apenas a "Conta"; suas "falhas" não eram registradas: *a 6 de março fubá \$500, a 7 de março até aqui 50\$000, a 8 de março uma carga de sal 3\$900, a 12 de março 1 alqueire 2\$000, na mesma data um capado 20\$000, a 24 de março para seu filho Antônio 10\$000, a 31 de março 3\$000, na mesma data um mayado 3\$500, a 4 de abril até aqui 30\$000, de 8 de abril, 1@ de café 2\$500.*

As anotações somente dos produtos consumidos pelos empregados indicam que havia entre eles relações muito informais sem combinações prévias. O Dr. Carvalho não anotava sistematicamente as atividades de alguns empregados, não anotava os respectivos salários, nem os dias trabalhados e suas faltas. Anotava apenas os produtos que recebiam da fazenda. Através da análise das muitas anotações do livro de administração de fazenda do Dr. Carvalho, percebemos que as relações de trabalho não se davam de maneira uniforme. Cada caso era um caso.

Felipe de Arruda, José Pinto Fernandes e Manoel Antônio também recebiam tratamentos diferenciados. Relações de trabalho embasadas em níveis bem pessoais, laços estreitos, característica comum nas relações com os trabalhadores livres, que, ao que tudo indica, eram nacionais. Um outro caso é o do empregado Pedro Brasília. Em março de 1884, solicitou um adiantamento de 70\$000. Um mês depois pagou o Dr. Carvalho - não em dinheiro, ou serviços prestados, mas com telhas. Está anotado no livro: *Deu-me Pedro Brasília do que tirou em março de 1884 para pagar-me em telhas 70\$000*. Percebe-se mais uma vez o tratamento diferenciado entre os empregados, entre aqueles que pressupunham um nível de relação pessoal, de confiança e de troca. Aparentemente o Dr. Carvalho mostrava ser um homem confiável aos olhos de seus empregados, pois estes deixavam suas economias guardadas com ele, demonstrando uma proximidade de compadres. É o caso de José Pinto Fernandes que deixou a quantia de 314\$800: *Do que deu-me para guardar 314\$800*.

As "Contas" revelam que havia interesse do próprio Dr. Carvalho em proporcionar ao empregado e à sua família algum tipo de ajuda, por exemplo, a máquina de costura vendida ao empregado, e quitada em inúmeras prestações. Naquela época uma máquina de costura era de enorme valia, não custava barato, mas podia contribuir para aumentar a renda da família.

Observamos que o fazendeiro araraquarense freqüentemente contratava seus trabalhadores por dia de serviço, a um preço previamente estipulado e fixo. Muitas vezes encaixavam na qualificação dos chamados camaradas que recebiam salário fixo, por dia. Contudo o próprio fazendeiro os denominava de "empregado". Os salários variavam pouco. Geralmente pagava-se 1\$600 ou 2\$000 até 3\$000 por dia, ou entre 25\$000 a 60\$000 réis por mês. Apenas um empregado recebia por período. Veja-se a tabela dos salários abaixo:

Amostra dos salários da fazenda Dr. Carvalho 1883-1887

Anos	Nome	Cargo	Salário
1883	Manoel	Empregado	50\$000 mês
1884	Felipe Arruda	Empreiteiro	2\$000 dia
1884	Salvador	Empregado	3\$000 dia
1884	José. Fernandes	Empregado	40\$000 período
1886	Feliciano	Empregado	30\$000 mês
1885	Luis Fabiano	Empregado	1\$600 dia
1885	Joaquim	Colono	25\$000 mês
1887	José Ferreiro	Ferreiro	60\$000 mês
1888	José Mineiro	Empregado	12\$000 semana

Em Araraquara, o fazendeiro Antônio Joaquim de Carvalho também nos oferece um quadro peculiar de organização da mão-de-obra nesse período de transição da escravidão ao trabalho livre. Em janeiro de 1888, o Dr. Carvalho passou a contratar negros libertos da região: Jacinto Liberto, Benedito Liberto, Frederico Liberto. Isabel Liberta foi contratada a 14 de janeiro de 1888 para serviços de copeira, com salário semanal de 15\$000. Ao todo, o Dr. Carvalho contratou mais de doze libertos a partir de janeiro de 1888 antes da abolição da escravidão. Os ex-cativos eram engajados na fazenda, recebiam salários como os demais, chegando até 2\$000 por dia. Contudo, o salário dos outros trabalhadores nacionais eram maiores. Para os libertos, o fazendeiro não anotava os dias de trabalho e as falhas. Indicava em uma única folha apenas os gastos, os pagamentos de salários por colheita e o mês corrido. Isso talvez revele uma outra face das relações com os libertos que não possuíam a liberdade de escolher os dias ou partes do dia que iriam trabalhar. Continuavam os libertos, de certa maneira, não sendo senhores do seu próprio tempo, tal como os trabalhadores nacionais, que impunham seu ritmo de trabalho.

É interessante reparar que, no momento em que esses libertos eram engajados na fazenda, os primeiros adiantamentos pedidos ao Dr. Carvalho eram para comprar sapatos. O ponto é significativo, pois, como a nudez dos pés era uma condição do escravo, os libertos se apressavam em mostrar sua nova condição. Em 28 de janeiro de 1888, o liberto José Preto recebeu a quantia de 3\$320 réis para comprar sapatos. A liberta Josefa em 25 de janeiro de 1888 recebeu uma máquina de costura no valor de 26\$000 e recebeu 1\$500 para comprar um par de chinelas. A contratação de mulheres escravas libertas na fazenda é intrigante. Veja-se o caso da liberta Leonarda, que, mesmo estando doente, o Dr. Carvalho contratou para lavar roupa, a 8\$000 por semana. Falhou o mês de abril por doença. A liberta Izabel foi contratada como copeira a 15\$000 por semana.

Há registros de abandono definitivo do trabalho e da fazenda: *Benedito liberto recebeu em abril 5\$000 e em julho 7\$500*. Essa pequena quantia em dinheiro significou que trabalhou pouco e no dia 15 de agosto, apesar de já ser liberto, foi anotado que ele "fugiu" — ou seja, que abandonou a fazenda sem dar explicações ao fazendeiro por quem fora contratado. Frederico liberto, com sua família, mulher e o filho Rafael, entrou em janeiro para trabalhar, e, um mês depois, estava se retirando com sua família das terras do Dr. Carvalho.

Outros, ao contrário, queriam fixar-se no local, constituir família

pois, logo que eram engajados na lavoura, pediam ao fazendeiro adiantamento em dinheiro para despesas de casamento. Assim, o liberto José Preto pediu um adiantamento em 22 de abril de 1888, de 10\$000, para despesas de casamento, e o liberto Samuel, em julho de 1888, "retirou" 152\$280 para despesas de casamento. Este último deve ter sido um bom casamento pela quantia cedida a ele. O casamento significava, de acordo com Mattos, o desejo de ser aceito na comunidade dos livres, e as núpcias representavam a intenção de construir algo sólido e próspero, afastando o estigma da inconstância e da incerteza do andarilho:

"Os laços de família continuavam a permitir a reprodução de uma experiência de liberdade que se construía em oposição à escravidão (...) Precisava estabelecer laços de família, era essencial para a obtenção de um lugar, por mais obscuro que fosse, no mundo dos livres. Fixar-se numa região significava estabelecer laços (...) significava deixar de ser estrangeiro ou estranho (...) os laços de família e o acesso costumeiro à terra ainda abriam perspectivas de diferenciação do escravo (...)." (Mattos, 1998: 52-8 e 89)

O Dr. Carvalho tinha prestígio na comunidade. O liberto Brasília era escravo do Coronel Pinto, para o qual não quis continuar trabalhando e pediu emprego para o Dr. Carvalho. Mudou-se, em janeiro de 1888, com seus pertences para sua fazenda. É o que consta no Livro de contas: *Um dia de serviço da carroça para sua mudança 2\$500*. Outros libertos foram também recebidos na sua fazenda: Jacinto, Isabel, Eufrásio, Carmelho, Salustiano, Cosme, Mariano, Timotheo, Luiz, o Benedito da Landa, o Manuel da Luíza. Percebe-se que os libertos, como os escravos, não possuíam sobrenome, condição de cativo; apenas homens livres possuíam sobrenomes. Na fazenda Quilombo do Dr. Moreira de Barros, em São Carlos, os escravos também não possuíam sobrenome. Vejamos a tabela dos libertos engajados meses antes da Abolição (na pág. seguinte).

Numa quinta feira, dia 18 de fevereiro de 1888, Porfírio Liberto era contratado pelo Dr. Carvalho com um salário de 33\$000 réis, o maior salário oferecido pelo fazendeiro a um liberto. Os salários dos libertos variavam muito pouco; a média era de 20\$000 por mês, com exceção do Liberto Porfírio, que possivelmente devia possuir alguma especialização. Ao todo, o fazendeiro contratou 19 libertos para seus serviços. Esses libertos, mesmo com o estigma da escravidão conseguiram se inserir no mercado de trabalho livre. Algumas exceções ficaram por

conta daqueles libertos que abandonaram a fazenda, justificando a tese de que para alguns ex-escravos o trabalho tornara-se símbolo cristalizado da escravidão, e o não-trabalho seria o símbolo dos homens livres.

Salários dos libertos empregados na fazenda em Araraquara, 1888

Mês/ano 1888	Libertos	Salário
18/janeiro	Jacinto	Não estipulado
7/março	Benedito	Não estipulado
14/janeiro	Frederico	Não estipulado
22/janeiro	José Preto	20\$000 mês
14/janeiro	Isabel	15\$000 semana
19/janeiro	BrasiHo	20\$000 mês
25/janeiro	Josefa	Não estipulado
22/janeiro	Eufrásio	Não estipulado
23/janeiro	Sammuel	23\$000 mês
24/janeiro	Carmelho	30\$000 mês
25/janeiro	Bernardo	Não estipulado
Abril	Matheus	20\$000 mês
3/fevereiro	Salustiano	20\$000 mês
18/fevereiro	Porfirio	33\$000 mês
3/março	Cosme	20\$000 mês
Março	Mariano	28\$840 mês
6/março	Timotheo	Não estipulado
7/março	Luis	Não estipulado
Janeiro	Leonarda	8\$000 semana

A organização da mão-de-obra nesta unidade cafeeira utilizou-se de mão-de-obra livre nacional e libertos. Não encontramos a presença de escravos no livro de administração de fazenda. Notamos que em momento algum aparecem despesas ou trabalho com escravos, acreditamos que se existissem, as despesas apareceriam anotadas pois o Dr. Carvalho anotava as dívidas feitas por ele, ou empréstimos por ele concedidos. Nada indica a presença de escravos, e parece muito peculiar não ter havido escravos pelo menos em 1883.

Principais conclusões

Nossas fontes revelam que, em Araraquara e São Carlos, os tipos de trabalhadores e os sistemas de trabalho adotados foram diversos. O fazendeiro Dr. Antônio Moreira de Barros, até 1878, contava com a mão-de-obra escrava e com nacionais para os serviços de sua fazenda Quilombo em São Carlos. O fazendeiro araraquarense Antônio Joaquim de Carvalho não relatou possuir e parece ter apenas utilizado mão-de-obra nacional livre e libertos até 1888.

Partimos do pressuposto que o tipo de economia desenvolvida nessa região influenciou a organização da mão-de-obra no período de transição. Essa região antes da chegada do café, que ocorreu por volta de 1860, possuía uma economia diversificada voltada exclusivamente para o mercado interno. Araraquara e São Carlos, por um período de tempo, foram bocas de sertão e tornaram-se paragens que proviam com produtos de primeira necessidade os viajantes que iam rumo a Cuiabá. Essas paragens e freguesias fragilmente erguidas longe dos mais antigos e prósperos centros urbanos ou agrários, destinadas inicialmente a atender viajantes e tropeiros, dedicadas ao cultivo de roças de subsistência e à criação de gado, foram se transformando ao longo do século XIX, consolidando uma economia própria, diversificada, próspera, com uma dinâmica integrada às necessidades do mercado interno. (Monteiro, 2000: p. 19) Esse tipo de economia geralmente utilizava-se mão-de-obra escrava e homens livres nacionais.

O café chegou à região não para substituir setores econômicos decedentes, antes pelo contrário, dividiu espaço com segmentos econômicos consolidados. Os fazendeiros da região não abandonaram suas antigas fontes de lucro em prol do café. A mão-de-obra utilizada para a implantação da nova cultura estava engajada na produção de alimentos, na agropecuária e no cultivo da cana-de-açúcar, eram nacionais livres e escravos. Assim sendo, seguia o perfil de regiões voltadas para o mercado interno, como algumas áreas de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul, onde a organização da mão de mão-de-obra era basicamente a mesma. (Monteiro, 2000: p. 83)

Nossas fontes revelaram uma ampla presença de nacionais livres e libertos na organização das relações de trabalho em fazendas cafeeiras do Oeste, contrariando mais uma vez a tese de rejeição dos nacionais e libertos por parte dos fazendeiros em relação. O Dr. Antônio Joaquim de Carvalho, fazendeiro em Araraquara, apresentou um quadro nada comum, preferindo os nacionais livres e os libertos a escravos. Os libertos de sua fazenda também não possuíam contratos fixos ou rígido. Observamos que os libertos não possuíam a folha onde eram anotados os dias de serviço e faltas. O controle do próprio tempo ainda não fazia parte do mundo dos libertos em 1888. Ao mesmo tempo, os libertos ainda tinham que seguir o ritmo sistemático que a lavoura escravista exigia. Foi lenta a inserção deles ao mundo dos trabalhadores livres. Seus salários eram menores que os dos trabalhadores livres nacionais — algo que seria de se esperar em um país que gradual e lentamente estava extinguindo suas relações servis.

Havia entre fazendeiros e empregados relações de trabalho bastante flexíveis, muitas vezes na base da confiança, da troca, do conhecimento estreito que o universo rural permite. A idéia de que os nacionais eram preguiçosos, indolentes e não serviam para os serviços urgentes da lavoura fica comprometida. O fazendeiro araraquarense ajustou-se à cultura dos nacionais - ou seja, o modo peculiar de trabalhar deles parece não ter sido prejudicial para isso. Alguns empregados do Dr. Carvalho foram novamente contratados e outros novos também, revelando um modelo indiscutível de relações de trabalho livre e de mercado, com oferta de trabalho e remuneração preestabelecidas, portanto organizado e disciplinado.

No caso do fazendeiro de São Carlos, observa-se a mesma conduta: nacionais livres recrutados no mercado de trabalho para a colheita do café. O pagamento era feito pela produtividade — ou seja, quanto mais colhiam, mais recebiam. Essas eram as novas relações da empresa agrícola capitalista, mas ainda, convivendo lado a lado com as relações mais retrógradas da história, as escravistas.

As fontes compulsadas revelaram que as relações entre senhor e escravo, nesse período após 1871, estavam se ajustando à nova ordem. Escravos e escravas tiveram o direito de conseguir um pecúlio através de colheitas extras de café. A outros, o Dr. Barros pagava-os pela colheita de gêneros alimentícios como o milho e o feijão. Alguns de seus escravos possuíam contas no armazém da fazenda, assim sendo-lhes permitida a prática da liberdade de escolher o que consumir, indicando também um mínimo de consideração pelo escravo. Através da documentação dessa fazenda, foi possível visualizar que poderiam ter existido traços de solidariedade. Escravos que deveriam ser muito velhos pois valiam muito pouco - entre 50\$000 a 200\$000 réis — como era o caso das escravas Joaquininha, Maria Rita, Liberata e Gabrielinha, dos escravos José Ouvires, Domingos Velho, Mariano e Ventura, continuavam a viver na fazenda. Possivelmente esses escravos contavam com a proteção do Dr. Barros. A liberdade concedida a essas mulheres e homens iria levá-los à indigência e à morte.

Não podemos afirmar que a transição do escravismo ao trabalho livre no Oeste Paulista baseou-se apenas na mão-de-obra européia. Algumas regiões e alguns fazendeiros não adotaram a política imigrantista de imediato, como foi o caso dos fazendeiros da nossa amostra, que utilizaram escravos, libertos e brasileiros livres. Foi apenas depois da política de subsídios, em meados de 1880, que os araraquarenses e são-carlenses passaram a adotar lentamente a mão-de-obra de origem européia.

O processo de transição não foi linear na Província de São Paulo; apresentou diferenças pelas quais cada região seguiu seu próprio ritmo de acordo com suas necessidades. Com esse estudo sobre a organização da mão-de-obra em fazendas desconhecidas do interior do Oeste Paulista, esperamos estar contribuindo para o debate mais amplo das relações de trabalho naquele período de importantes transformações.

Abreviaturas

AHC - Arquivo de História Contemporânea, UFSCAR, São Carlos

APHRT - Arquivo Público Histórico Prof. Rodolfo Telarolli, Araraquara

Fontes

Arquivo Público Histórico Prof. Rodolpho Telarolli, Araraquara: *Livro de Administração de fazenda, 1883-1888*

Arquivo História Contemporânea, UFSCAR, São Carlos: *Livro Conta corrente, fazenda Quilombo, 1811-1818; Livro Inventário, fazenda Quilombo, 1811.*

Referências bibliográficas

Azevedo, Célia Marinho. *Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Bassanezi, Maria Sylvia. *Fazenda Santa Gertrudes: Uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade rural paulista, 1895-1930*. Rio Claro, 1973. Tese de Doutorado, FFCL.

Beiguelman, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos*. 2ª edição. São Paulo: Pioneira, 1978.

Candido, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

Casalecchi, José Enio. *Da Companhia Industrial Agrícola e Pastoral D'Oeste de São Paulo à Cambuhy Coffe and Cotton Estates: 1912-1933. contribuição ao estudo da presença inglesa na estrutura agrária do Estado de São Paulo*. Araraquara, 1973. Tese (Doutorado) FCL, Unesp.

Castro, Hebe Maria Mattos. *Ao Sul da História: Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Correa, Anna Maria Martinez Corrêa. *História Social de Araraquara*. São Paulo, 1967. Dissertação de Mestrado, FFCL, USP.

Costa, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difel, 1966.

Dean, Warren. *Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- Eisenberg, Peter. *Modernização sem Mudança: A indústria Açucarcira em Pernambuco, 1840-1910*. Campinas: Unicamp, 1977, _____.
Homens Esquecidos. Campinas: Unicamp, 1989.
- Fragoso, João Luiz. O Império Escravista e a República dos Plantadores na Economia Brasileira no Século XIX: mais que uma *plantation* escravista exportadora. In Linhares, Maria Y. (org). *História Geral do Brasil*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 145-233.
- Gebara, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil, 1871-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Gordinho, Margarida C. *Casa do Pinhal*. São Paulo, s.ed. 1985.
- Holloway, Thomas. *Imigrantes para o Café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- Lamounier, Maria Lúcia. *Da Escravidão ao Trabalho Livre*. Campinas: Papirus, 1986.
- Lanna, Ana Lúcia. *A Transformação do Trabalho*. 2ª edição, Campinas: Unicamp, 1989.
- Little, George F.G. *Fazenda Cambuhy: A case history of social and economic development in the interior of São Paulo, Brazil*. University of Florida, 1960. PhD Dissertation.
- Maluf, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- Martins, Regina H. Oliveira. *Imagens de Família: Elementos de um repertório cultural sobre a família entre descendentes de italianos*. Araraquara, 1996. Dissertação de Mestrado, FCL, Unesp.
- Mattos, Hebe. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- Mendonça, J.M.N. *Entre a Mão e os Anéis: A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999, capítulo III, A lei e a escravidão - O preço da liberdade.
- Molmari, M.L. Ariró e o Café, 1860-1877. In *O Café. Anais do Congresso de História II*. São Paulo, 1975, p. 187-215.
- Monteiro, Rosane Carvalho Messias. *Criadores, Cafeicultores, Terra e Mão-de-Obra: Araraquara e São Carlos na era da transição, 1830-1888*. Araraquara, 2000. Dissertação de Mestrado, FCL, Unesp.
- Moura, Denise. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Unicamp, 1998.
- Naxara, Mareia. *Estrangeiro em sua Própria Terra: Representações do trabalhador livre nacional, 1870-1930*. Campinas, 1991. Dissertação de Mestrado, Unicamp.
- Sallum Jr., Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura: Oeste Paulista, 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- Stein, Stanley. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, s.d.
- Stolcke, Verena. *Cafeicultura: homens e mulheres, 1850-1890*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Witter, Sebastião. *Ibicaba, Uma experiência pioneira*. 2ª edição, São Paulo: Arquivo do Estado, 1982.